



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO NOVE DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

-----Aos trinta dias do mês de Outubro do ano dois mil e treze, pelas dezoito horas, reuniram na sala Dra. Albertina Oliveiros, sob a presidência do docente Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral à exceção da docente Paula Virgínia Seabra Maia, que justificou a falta por questões de saúde, os elementos da Câmara Municipal de Anadia, pelo facto de ainda não estarem designados pelo executivo camarário os elementos que farão parte deste Conselho e os representantes da Associação Comercial e Industrial da Bairrada (ACIB) e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), respetivamente Ana Patrícia Santos Rodrigues e João Paulo Anjos, que até ao momento não apresentaram justificação para a sua ausência.-----

A presente reunião visa dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Ponto um - Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades; -----

-----Ponto dois - Eventual aprovação do Plano das Atividades de Enriquecimento Curricular;-----

-----Ponto três - Linhas Orientadoras para a elaboração do Orçamento; -----

-----Ponto quatro - Linhas orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da Ação Social Escolar; -----

-----Ponto cinco - Definir os critérios para a participação da escola em Atividades Pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas; -----

-----Ponto seis - Definição dos critérios para a avaliação interna do diretor; -----

-----Ponto sete - Ponto de situação sobre a construção da nova escola; -----

-----Ponto oito - Outros assuntos. -----

-----Deu-se início à reunião com a leitura e análise da ata da reunião anterior, tendo sido a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções, pelo facto de os elementos não terem estado presentes. ---

-----O Presidente do Conselho Geral, em consequência de duas alterações aos elementos que compõem este Conselho, deu conta da substituição do docente António Alves pela docente Alexandra Gonçalves, decorrente da renúncia ao mandato por aquele docente pelo facto de ter aceite o cargo de Coordenador de Escola, referindo ainda, em carta endereçada a este Conselho e lida aos presentes, incompatibilidades do desempenho de ambos os cargos. A outra alteração refere-se à aluna Beatriz Rocha que já não frequenta o Agrupamento e que deu lugar à aluna Francisca Moura. Estes dois novos elementos foram conveniente e devidamente notificados para comparecer à presente reunião.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, o Presidente do Conselho Geral, conforme prevê o Regimento Interno, questionou os presentes sobre a pretensão de acrescentar algum ponto prévio à Ordem de Trabalhos, tendo as representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação (APE), Paula Gama e Patrícia Flores solicitado a inclusão de dois pontos: -----

-----Ponto um - Introdução da educação moral e religiosa católica no primeiro ciclo; -----

-----Ponto dois - Discussão da circulação do trânsito no acesso ao bloco B. -----

-----O Presidente do Conselho Geral deu continuidade aos trabalhos após os elementos deste Conselho se manifestarem de acordo no tratamento destes dois pontos antes da Ordem de Trabalhos previamente definida. Prosseguindo deu a palavra aos elementos da APE para a discussão e análise do novo Ponto Um da Ordem de Trabalhos - Introdução da educação moral e religiosa católica no primeiro ciclo. -----

-----A representante da APE, Paula Gama, deu conta da receção de vários pedidos dos Pais e Encarregados de Educação para a desistência por parte dos alunos da componente de educação moral e religiosa católica no primeiro ciclo. Isto coloca um problema, conforme legislação em vigor, da impossibilidade de anular a matrícula àquela disciplina. Em face da preocupação da APE com esta situação, foram para o efeito efetuados contactos com a Diocese de Aveiro, cujos responsáveis consideraram ser possível chegar a um consenso através da inclusão de pais, professores e direção no tratamento deste assunto, e foi contactada a DgEste, reportando também aquele organismo da impossibilidade de efetuar a anulação àquela disciplina. Desta forma, e como mera hipótese para ultrapassar a situação, a representante da APE sugeriu que os alunos possam faltar às aulas, dado não haver a possibilidade de os mesmos ficarem retidos por faltas. A representante da APE colocou à consideração dos presentes esta problemática, para poder ser decidida uma solução para o próximo ano. Na impossibilidade de poder ser dada a informação antecipada aos pais e respetivos encarregados de educação dos horários da disciplina aquando das matrículas – pelo facto de não ser possível saber quantos alunos irão optar por frequentá-la – e dado que se forem alertados os pais e encarregados de educação para não inscreverem os alunos na disciplina na altura das matrículas e inscreverem só em outubro, não será fácil a atribuição de horário e professor – daí colocar à apreciação dos elementos do Conselho esta problemática.-----

-----Interveio o docente Paulo Carvalho, propondo soluções de consenso caso a caso para o presente ano letivo. No futuro, sugeriu o alargamento do tempo de almoço para ser possível a integração da disciplina nesse horário, a saber: intervalo das doze horas e trinta minutos às catorze horas e trinta minutos.-----

-----O diretor do Agrupamento de Escolas, Elói Gomes, presente neste conselho, entendeu intervir para lembrar da inconveniência dos períodos sem atividade letiva durante o dia de aulas e do facto de ainda não ter sido dada resposta efetiva por parte da DgEste às várias questões levantadas, nomeadamente o tratamento da faltas aos alunos que não frequentem a disciplina. Lembrou ainda a dificuldade de organização dos horários, dado que, para formar uma turma de educação moral e religiosa católica, são necessários alunos de várias turmas e é difícil fazer coincidir os horários de todas.-----

-----O representante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia (AHBV), Mário Teixeira, questionou a dimensão desta questão, tendo Paula Gama respondido que mais de cinquenta por cento dos pais se manifestaram relativamente a esta questão. -----

-----Patrícia Flores, presidente da APE, deu conta da necessidade de obter respostas por parte das entidades competentes, dado que os alunos estarem a acumular faltas e nada acontecer, não parece que seja a solução. -----

-----Mário Teixeira questionou se esta situação é apenas relacionada com a disciplina de religião moral e religiosa católica ou se o mesmo se passa com outras disciplinas, ao que Elói Gomes respondeu se prender com o facto de ser uma disciplina facultativa. -----

-----O docente Paulo Carvalho alertou também para uma incoerência no que diz respeito à marcação de faltas aos alunos inscritos à disciplina de educação moral e religiosa católica, pelo facto de, faltando à aula, e sendo consequentemente marcada a respetiva falta, poder ser considerado que aqueles alunos estão a faltar todo o dia. -----

-----O Presidente do Conselho Geral, em jeito de conclusão da discussão deste ponto, referiu ser necessário aguardar a resposta das entidades competentes, insistindo até ela aparecer, e em função daquilo que for resolvido, se decidirá o que fazer de seguida, nomeadamente reformular os moldes de funcionamento para esta disciplina no próximo ano letivo. -----

-----Relativamente ao novo segundo ponto da Ordem de Trabalhos - Discussão da circulação do trânsito no acesso ao bloco B - o Presidente do Conselho Geral deu novamente a palavra à APE, tendo a representante da APE, Paula Gama, dado conta do envio de um ofício à Câmara Municipal de Anadia e da solicitação de um parecer ao Gabinete de Trânsito, tendo o Engenheiro Cosme estado no local. Foi dada a indicação de que irão ser pintadas duas passadeiras e uma zona de linhas longitudinais para evitar o estacionamento em frente ao portão de acesso ao bloco B no sentido de facilitar o trânsito naquele local. Foi feito igualmente à Câmara um pedido para a alteração do trânsito, tendo esta situação vindo a arrastar-se desde o ano de dois mil e quatro. -----

-----O Presidente do Conselho Geral fez referência a um total de dez atas dos Conselhos Gerais e Conselhos Gerais Transitórios, bem como da Assembleia de Escola onde, desde o ano de dois mil e quatro até ao presente constam o registo do tratamento deste assunto, sendo imperioso solucionar esta questão para segurança da comunidade escolar. No entanto, a cada alerta à Câmara para este assunto, a resposta dada é que se está a fazer um estudo para resolver a questão não tendo no entanto até ao momento sido o mesmo tratado de forma conveniente e definitiva. Nessas atas, menciona-se por diversas vezes a ideia de circulação do trânsito em sentido único, situação já ocorrida no passado, não tendo, no entanto, sido tomada qualquer decisão. -----

-----O diretor Elói Gomes, citou o parecer técnico emitido pela Câmara, tendo Mário Teixeira lembrado que ficou decidido em reunião anterior convocar uma audiência com a Câmara Municipal. Paula Gama reforçou a necessidade de reunir todo o histórico de informação existente e solicitar à Câmara um parecer definitivo, visto tratar-se agora de um novo executivo, após as recentes eleições autárquicas. -----

-----O Presidente do Conselho Geral retomou a palavra para prosseguir os trabalhos, iniciando-se o tratamento do ponto um da Ordem de Trabalhos, que passará agora a ser o novo ponto três - Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades. O docente Artur Melo interveio para salientar a grande percentagem de atividades propostas que foram colocadas em prática, seguindo-se a votação daquele Relatório, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida passou-se à discussão do ponto dois da Ordem de Trabalhos, novo ponto quatro - Eventual aprovação do Plano das Atividades de Enriquecimento Curricular -, o diretor, Elói Gomes, colocou a questão da alteração das horas de atividades de enriquecimento curricular, tendo havido intervenção da

representante da APE, Patrícia Flores, e do docente Paulo Carvalho no sentido de sugerir soluções para a situação de adequação de horários em face da situação de falta de meios humanos para dar respostas a situações em que é necessário assegurar a responsabilidade pela monitorização dos alunos. Patrícia Flores, deu conta da existência de várias cartas a denunciar estas situações, nomeadamente de Aguium e Mogofores, alertando para esta questão. -----

-----O docente Paulo Carvalho focou também o facto de os professores do 1º ciclo e das AEC's trabalharem muito mais horas do que deveriam, destacando o diretor, Elói Gomes, a existência de muitas outras questões que vão sendo resolvidas por parte dos vários agentes da comunidade escolar e que vão sendo reportadas à Direção, não sendo no entanto desejável nem razoável a manutenção destas situações no tempo.-----

-----O docente Artur Melo antes de posto à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, considerou importante considerar os diversos constrangimentos decorrentes desta situação nomeadamente dos horários e das responsabilidades dos vários agentes, a ter em conta para o desenrolar do Plano de Atividades. Posta à votação, a proposta, com esta ressalva, foi aprovada por unanimidade. -----

-----Passando ao ponto três da Ordem de Trabalhos, novo ponto cinco - Linhas Orientadoras para a elaboração do Orçamento -, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a discussão das mesmas, tendo o mesmo sugerido cfr. o DL-75/2008, com as alterações introduzidas pelo DL - 137/2012, de 2 de julho, e não havendo qualquer proposta, avançou com as seguintes ideias que devem presidir à elaboração do Orçamento: -----

-----a) Princípio do primado da Dimensão Pedagógica - Na elaboração e execução do Orçamento devem prevalecer as opções de natureza pedagógica (em detrimento das administrativas); -----

-----b) Princípio da Transparência - Todas as informações deste documento final (Orçamento) devem estar disponíveis, embora em sede própria, a todos os elementos da Comunidade Educativa; -----

-----c) Princípio da Legalidade - A elaboração e execução do Orçamento devem atender à legislação em vigor, à data; -----

-----d) Princípio da Adequação - A elaboração do Orçamento deve ter em consideração as necessidades financeiras consignadas no Plano Anual de Atividades; -----

-----e) Princípio da Utilidade - O Orçamento deve dimensionar as verbas do Orçamento Geral do Estado dedicadas à Escola, numa perspetiva objetiva e real; -----

-----f) Princípio da Integralidade - A elaboração do Orçamento deve integrar todas as receitas e despesas, independentemente da sua proveniência (natureza e origem); -----

-----g) Princípio da Clareza - O presente Orçamento deve ser elaborado de forma a que, em qualquer momento, possa ser facilmente detetado e compreendido algum desvio que eventualmente aconteça; -----

-----h) Princípio da Proporcionalidade/Equidade - Aquando da elaboração do Orçamento, a afetação de meios orçamentais às atividades e serviços deve ter em linha de conta a dimensão e complexidade, o número de participantes e/ou destinatários, dessas mesmas atividades e serviços; -----

-----i) Princípio da Prioridade - Na elaboração do Orçamento a prioridade será para a afetação de recursos orçamentais às despesas obrigatórias, seguindo-se-lhe as despesas ordenadas pela sua pertinência e impacto positivo no alcance dos objetivos definidos em sede própria; -----

-----j) Princípio da Responsabilidade/Participação - A presente preparação do Orçamento deve envolver os vários intervenientes, nos seus diversos contributos, com responsabilidade para o efeito, mormente na projeção das receitas/despesas. -----

-----Algumas medidas concretas (específicas) que devem ser prioritárias: -----

-----Ponto um - A Direção e o Conselho Administrativo deverão tomar as medidas necessárias à gestão rigorosa da despesa, reorientando-a de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades da escola, sempre com base em critérios de economia, eficácia e eficiência; -----

-----Ponto dois - A elaboração do orçamento deve responder às necessidades financeiras das atividades propostas no Plano Anual de Atividades e ao desenvolvimento do Projeto Educativo; -----

-----Ponto três - Implementação de medidas de desburocratização e simplificação, optando-se, quando possível, pela desmaterialização dos procedimentos e dos documentos; -----

-----Ponto quatro - Deverá ter-se em conta a necessidade da manutenção/aquisição de equipamentos e materiais didático/pedagógicos que permitam aos alunos adquirir as competências necessárias ao seu sucesso educativo, ou seja, realizar-se um reforço do investimento em materiais pedagógicos e didáticos de forma a facilitar a implementação de metodologias diversificadas no processo de ensino-aprendizagem; -----

-----Ponto cinco - Promoção de projetos e atividades de enriquecimento curricular procurando fontes de financiamento, nomeadamente por parte da autarquia local e outras entidades públicas e privadas, mormente, ao abrigo da lei do mecenato; -----

-----Ponto seis - Nas tomadas de decisão nas várias áreas, deverá haver a permanente preocupação com as questões ambientais e o não desperdício, designadamente de poupança de energia, valorizando a reciclagem, reutilização e redução três R's (Reduzir, Reciclar, Reutilizar); -----

-----Ponto sete - Promover e rentabilizar a utilização das instalações pela comunidade; -----

-----Ponto oito - Financiar alunos carenciados para Visitas de Estudo; -----

-----Ponto nove - Consignar verba para atividades de promoção de qualidade: palestras, visitas entre outras. -----

-----Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade; -----

-----Procedeu-se depois à análise do ponto quatro da Ordem de Trabalhos, novo ponto seis - Linhas orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da Ação Social Escolar. O Presidente do Conselho Geral questionou os presentes no sentido de apresentarem as citadas propostas. Não havendo qualquer proposta, o Presidente propôs as seguintes ideias como base para a definição das linhas orientadoras do planeamento e execução (de acordo com a legislação aplicável em vigor, das orientações estratégicas do Projeto Educativo e das boas práticas já em execução no Agrupamento de Escolas de Anadia): -----

-----Ponto um - Apoios alimentares; -----

-----a) Assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar; -----

-----b) Zelar pelo cumprimento dos princípios dietéticos de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas nos refeitórios escolares, em conformidade com a legislação em vigor; -----

-----c) Incentivar o desenvolvimento de atividades escolares que promovam, com a participação ativa dos alunos, hábitos alimentares saudáveis; -----

-----d) Garantir a afixação das ementas nos refeitórios antecipadamente, se possível na semana anterior, e em locais de fácil acesso aos Encarregados de Educação; -----

-----e) Monitorizar o funcionamento do refeitório escolar e do bufete escolar por iniciativa própria ou em colaboração com as entidades com competências na área da higiene e segurança alimentar, tomando as diligências adequadas para a correção das anomalias detetadas; -----

- f) Assegurar o fornecimento, diário e gratuito, do leite escolar e outros alimentos nutritivos a todas as crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- g) Assegurar o fornecimento de fruta escolar aos alunos do 1º Ciclo, pelo menos, duas vezes por semana; -----
- h) Garantir o acesso diário às refeições escolares a todos os alunos que frequentam a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico, bem como aos alunos do 2º e 3º ciclo, assegurando as condições de gratuidade/comparticipação àqueles que pertencem a famílias economicamente carenciadas; -----
- i) Definir critérios para a seleção dos produtos a comercializar no bufete e praticar um regime de preços com vista a promover a adoção de hábitos alimentares saudáveis; -----
- j) Fornecer um ou dois suplementos alimentares diários aos alunos com menores recursos económicos, mediante utilização das verbas decorrentes de proveitos de gestão do bufete escolar. -----
- Ponto dois - Transportes escolares; -----
- a) Interceder junto da autarquia para assegurar um serviço de transportes escolares gratuito a todos os alunos do ensino básico do Agrupamento, desde que não possam utilizar os transportes públicos coletivos, nem efetuar as deslocações a pé; -----
- b) Diligenciar, em concertação com as entidades com competência na área dos transportes escolares e empresas transportadoras, no sentido de acordar procedimentos a adotar; -----
- c) Sensibilizar as entidades com competência na área dos transportes escolares e empresas transportadoras para a necessidade de realização de ações de formação/informação, antes do início de cada ano letivo, com todos os recursos humanos envolvidos na prestação do serviço. -----
- Ponto três - Auxílios económicos; -----
- a) Refeições escolares; -----
- i) Assegurar as refeições escolares gratuitas aos alunos mais carenciados e aos restantes participar de acordo com a legislação em vigor; -----
- ii) Garantir, às restantes crianças e alunos da educação pré-escolar e do ensino básico, o acesso às refeições fornecidas nos estabelecimentos de educação e ensino ao preço estipulado na legislação em vigor; -----
- iii) Adotar, em concertação com as entidades com competência no fornecimento de refeições no pré-escolar e primeiro ciclo, metodologia adequada para diminuir os desequilíbrios entre as refeições requisitadas e as consumidas; -----
- iv) Monitorizar, no 2º e 3º ciclo, por amostragem ou outra metodologia considerada eficaz, a adesão dos alunos às refeições escolares, de forma a diminuir os desequilíbrios entre o número de refeições requisitadas e as consumidas, transmitindo aos diretores de turma a identidade dos alunos que praticam com frequência estes atos que podem pôr em causa uma alimentação saudável. -----
- b) Manuais e material escolar; -----
- i) Proporcionar a cedência de livros e material escolar de aquisição obrigatória às crianças e aos alunos pertencentes a famílias carenciadas, dando cumprimento às participações previstas na legislação em vigor; -----
- ii) Garantir o acesso gratuito a manuais e materiais escolares de aquisição obrigatória às crianças e aos alunos pertencentes a famílias com elevadas carências económicas, devidamente comprovadas pelo Diretor de Turma/Professor Titular de Turma e pelos serviços de ação social escolar do Agrupamento, quando se encontre esgotada a participação legalmente atribuída ou se verifique não

preencherem os requisitos de acesso previstos na legislação (casos de insucesso escolar), mediante utilização das verbas decorrentes de proveitos de gestão da papelaria; -----

-----iii) Proceder à afetação da verba destinada a manuais escolares para aquisição de material alternativo quando não existam manuais adotados, nomeadamente nos cursos de educação e formação (e outros que venham a ser ministrados no Agrupamento e que impliquem percursos alternativos); -----

-----iv) Fomentar a reutilização e a reciclagem de livros e material escolar. -----

-----c) Atividades de complemento curricular; -----

-----§ Assegurar a participação em atividades de complemento curricular como, por exemplo, visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, às crianças e aos alunos pertencentes a famílias carenciadas, em conformidade com as taxas de comparticipação previstas na legislação em vigor. -----

-----d) Ações complementares - Aplicar eventuais lucros de gestão dos serviços de bufete e de papelaria escolar, bem como donativos ao abrigo da lei do mecenato, nas seguintes medidas: -----

-----i) Aquisição de livros e de software educativo para renovação e atualização das bibliotecas e centro de recursos; -----

-----ii) Aquisição de serviços junto de entidades credenciadas para verificação das condições de segurança dos equipamentos; -----

-----iii) Aquisição de livros e outros materiais para atribuição de prémios em concursos realizados no âmbito do Agrupamento. -----

-----e) Alunos com necessidades educativas especiais -----

-----i) Assegurar as comparticipações da responsabilidade do município ou do Ministério da Educação às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente com programa educativo individual, consagradas na legislação em vigor; -

-----ii) Disponibilizar todos os recursos humanos e materiais necessários e apropriados às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais, a fim de promover a sua plena integração escolar; -----

-----iii) Promover a criação de condições de acessibilidades às instalações dos estabelecimentos de educação e ensino, a todas as crianças e alunos com necessidades educativas especiais que apresentem mobilidade reduzida. -----

-----Ponto quatro - Prevenção e segurança; -----

-----i) Assegurar as medidas adequadas no campo da segurança e prevenção de acidentes nas atividades escolares previstas na legislação em vigor; -----

-----ii) Diligenciar no sentido de ser garantida a cobertura dos danos resultantes de acidentes escolares, de acordo com a legislação em vigor. -----

-----Ponto cinco - Apoio às famílias; -----

-----§ Sinalizar agregados familiares com elevadas carências sócioeconómicas, bem como os que apresentem disfuncionalidade e desestrutura familiar que possam pôr em perigo os superiores interesses das crianças e dos alunos, junto das entidades com competências adequadas no âmbito da acção social e proteção, tendo em vista o desenvolvimento de um plano estratégico conjunto de acompanhamento das mesmas. -----

-----Ponto seis - Prevenção e Seguro Escolar. -----

-----a) Assegurar ações de promoção da segurança e prevenção do acidente escolar; -----

-----b) Assegurar as medidas do seguro escolar, de acordo com a legislação em vigor; -----

-----c) Promover ações de formação no âmbito da assistência ao acidente e primeiros socorros. -----

-----Após elencar estas ideias, foi posta à discussão pelos presentes, tendo o diretor Elói Gomes, usado da palavra para salientar a importância do reforço alimentar na atual situação económica das famílias. ----

-----Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade; -----

-----Seguiu-se a discussão do ponto cinco da Ordem de Trabalhos, novo ponto sete - Definir os critérios para a participação da escola em Atividades Pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas. -----

-----O Presidente do Conselho Geral, Aníbal Marques, perguntou se havia propostas para definir esses critérios. Não havendo, tomou a palavra referindo, antes de mais, que estas atividades têm subjacente o Projeto Educativo e, como tal, o que as deve nortear é o incremento do sucesso educativo e a igualdade de oportunidades. Prosseguiu salientando a preocupação com a aquisição de conhecimentos e experiências em contextos diferenciados, a utilização de metodologias diversificadas e ativas, que terá como escopo alicerçar a política do Agrupamento, devendo, para tal, privilegiar-se as atividades relevantes de carácter pedagógico, científico, cultural e desportivo que: -----

-----a) Reforcem a aquisição de competências de aprendizagem por parte dos alunos; ----

-----b) Se articulem com os conteúdos programáticos lecionados nas diferentes disciplinas/cursos; ----

-----c) Promovam a interdisciplinaridade; -----

-----d) Incentivem a motivação dos alunos e tornem a aprendizagem mais atrativa; -----

-----e) Reforcem a educação intercultural e contribuam para a inserção social dos alunos e para uma educação inclusiva; -----

-----f) Promovam os valores da liberdade, tolerância, solidariedade e cidadania; -----

-----g) Promovam a formação pessoal, social, humana, cultural, física, cognitiva e afetiva dos intervenientes; -----

-----h) Fomentem a sensibilização para questões de segurança, ambiente e saúde; -----

-----i) Reforcem a aproximação escola-comunidade; -----

-----j) Promovam a formação do pessoal docente e não docente; -----

-----k) Preservem e melhorem as condições físicas das instalações; -----

-----l) Fomentem a visibilidade e a projeção do Agrupamento. -----

-----Em conclusão, deve observar-se: -----

-----Ponto um - Conformidade com o estabelecido no Projeto Educativo, em termos de objetivos e metas. As atividades propostas devem constituir formas de atingir as metas definidas neste ou contribuir para a sua concretização e, igualmente, para a operacionalização dos Projetos Curriculares de Turma; ----

-----Ponto dois - Concordância com as estratégias definidas nos Planos Plurianuais e Anuais de Atividades e consequente integração nestes. -----

-----Ponto três - Preocupação para que as atividades tenham uma relação direta ou contribuam significativamente para o desenvolvimento das competências de todos os graus e níveis de ensino do Agrupamento, possibilitando aos alunos o acesso ou a consolidação de saberes/aprendizagens de formas inovadoras e distintas. -----

-----Ponto quatro - Contribuição para a promoção e desenvolvimento das relações com a comunidade educativa e favorecimento da imagem do Agrupamento. -----

-----Posta a proposta à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

-----Passou-se de seguida ao ponto seis da Ordem de Trabalhos, novo ponto oito - Definição dos critérios para a avaliação interna do diretor. Tomando a palavra, o Presidente do Conselho Geral salientou



que, de acordo com a legislação em vigor (Portaria nº 266/2012, de 30 de Agosto, artigo 5º, ponto 1), “Compete ao conselho geral definir os critérios em que se baseia a avaliação interna dos Diretores”. -----

-----Neste sentido apresentou uma proposta de critérios para avaliar o diretor, que consta de documento próprio, proposta essa que foi aprovada por unanimidade. -----

-----Passando ao ponto sete da Ordem de Trabalhos, novo ponto nove - Ponto de situação sobre a construção da nova escola, tomou a palavra a representante da APE, Paula Gama, dando conta do contacto efetuado com o engenheiro da Parque Escolar sobre a situação da retoma das obras do novo edifício do Agrupamento de Escolas de Anadia, bem como acerca das intervenções a efetuar na Escola Secundária. Este transmitiu que, apesar de não ter novos elementos que pudesse comunicar, alimentava a esperança de que a retoma da obra da nova escola se deveria verificar no início do ano dois mil e catorze. Quanto às intervenções no edifício da Escola Secundária, o mesmo apontou a DgEste como entidade responsável pelas mesmas. -----

-----O diretor, Elói Gomes, na posse de mais algumas informações, mencionou a disponibilização de uma verba a rondar os oito mil euros para efetuar intervenções na Escola Secundária, essencialmente ao nível do estores e pontualmente nas casas de banho, adiantando no entanto que, quer a DgEste, quer a Parque Escolar, têm vindo a isentar-se de responsabilidades no tratamento deste assunto, transitando o mesmo entre aqueles dois organismos. -----

-----O docente Pedro Vale lembrou que tinha ficado definido um prazo para as entidades prestarem os devidos esclarecimentos, não tendo no entanto sido dado cumprimento ao mesmo. -----

-----Patrícia Flores anunciou a realização de uma ação, por parte da Associação que representa, no dia treze de novembro próximo, pelas oito horas e trinta minutos, no sentido de sensibilizar a comunidade escolar e as entidades competentes para o estado de degradação dos edifícios das Escolas Básica e Secundária e para a falta de condições que apresentam, anunciando a intenção dos alunos, pais e encarregados de educação, não entrarem na Escola como forma de manifestar o seu desagrado e dar visibilidade à situação. -----

-----Paula Gama, da APE, referiu que esta ação deverá decorrer apenas na Escola Secundária, tendo em conta as questões de segurança que será necessário observar, tendo de seguida Patrícia Flores apelado à colaboração de todos para o sucesso das pretensões daquela ação. Seguiu-se ainda a explanação da forma como está prevista a logística para aquela operação e as ações desenvolvidas para a divulgação na comunicação social. -----

-----Mário Teixeira, da AHBV de Anadia, sugeriu o envolvimento da Câmara Municipal, que deve ter, no seu entender, interesse em defender os seus munícipes, tendo-lhe sido dado conhecimento por parte do diretor Elói Gomes, de que o adiamento da presente reunião visou, em grande medida, tornar possível a presença dos seus representantes. -----

-----Paula Gama referiu que a APE entrou em contacto com a Associação de Estudantes para, também através dela, se proceder à sensibilização dos pais e encarregados de educação através da entrega de um comunicado aos mesmos. -----

-----O docente Pedro Vale afirmou que se deveria aproveitar esta ação precisamente para informar toda a comunidade do que verdadeiramente se está a passar, das péssimas condições em que as escolas estão a funcionar, não por culpa da direção do Agrupamento, mas por culpa da tutela, que não desbloqueia a situação, saudando a iniciativa. Afirmou ainda ser da opinião que se deve expor toda esta

situação no sentido de se conseguir fazer mais pressão sobre as entidades competentes para a mais breve resolução do problema. -----

-----Paula Gama deu a informação da intenção da RTP em fazer uma reportagem no local antes da data marcada para a ação, tendo o docente Paulo Carvalho alertado para o facto de essa intervenção não perturbar o normal funcionamento das aulas. -----O docente Aníbal Marques acentuou a necessidade de agir de uma forma mais veemente, visto que a experiência do passado tinha mostrado que só quando se tomavam atitudes mais drásticas, se conseguiam obter respostas concretas às preocupações da Escola. Deu o exemplo de uma gravação vídeo efetuada com recurso a um telemóvel (por parte de um aluno) onde foi possível ver água a sair por uma tomada de eletricidade, ainda durante o mandato da anterior direção, que foi colocado a circular na internet, à qual a antiga DREC reagiu de imediato, enviando à escola no dia seguinte elementos da extinta DREC para averiguar a situação. Desta feita, do seu ponto de vista não vê qualquer obstáculo a que as televisões filmem o interior da escola e exponham uma situação com que toda comunidade escolar tem que conviver todos os dias. Salientou ainda a questão delicada da contrainformação, pois muitas vezes pode criar-se a ideia de que a ação a desenvolver poderá ser conotada com outros movimentos contestatários e é importante que se informe devidamente a comunidade das suas verdadeiras motivações, tendo os alunos um papel fundamental a desempenhar neste processo. -----

-----Luís Pidwell tomou a palavra para indicar que muitas vezes são os próprios pais a desconhecer a realidade vivida na Escola que os filhos frequentam. Só após a divulgação de algumas fotografias por parte da Associação de Estudantes, nomeadamente através das redes sociais, alguns pais tomaram também verdadeiramente consciência das parcas condições que a Escola oferece, mostrando-se muitos deles chocados com as imagens. Fez também um apelo à participação de todos na ação referida, salientando a importância de não haver nenhum incidente. -----

-----O diretor Elói Gomes manifestou a importância de existir alguém, alunos ligados à AE, professores, ou outros, que possam estar preparadas para prestar mais convenientemente declarações à comunicação social, dado que essa é, muitas vezes, uma peça essencial para dignificar e dar credibilidade a este tipo de ações. -----

-----Patrícia Flores, da APE, mostrou-se preocupada também em defender a Escola, fazendo passar também a ideia de que, apesar de todos estes constrangimentos, existirem muitas coisas que funcionam, evitando que também se crie a ideia para o futuro que leve os pais a preterir esta em benefício de outras escolas da região. -----

-----O docente Aníbal Marques concluiu o debate deste ponto, tendo sido dado o aval do Conselho Geral para a realização da Ação prevista, aprovando-se a proposta por unanimidade.-----

-----Passou-se de seguida ao último ponto da Ordem de Trabalhos - Outros assuntos -, tendo o docente Aníbal Marques tomada a palavra para, na sequência do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, Artigo 13.º, alínea k, dar conhecimento da resposta ao Contraditório elaborada pela Inspeção em vinte nove de outubro de dois mil e treze. Esta resposta não mereceu uma consideração positiva, na medida em que às questões levantadas pelo Agrupamento não houve uma explicação que as satisfizesse. Após a discussão deste ponto, que denotou a grande insatisfação sentida pela apreciação elaborada, referiu-se que vai ser elaborado um Plano de Melhoria. Neste sentido, o Diretor deu conta de um Plano Estratégico para 2013/2014, passando-se à sua análise e tecendo algumas considerações.-----

-----O docente Carlos Gata disse que há disciplinas em que 95% dos alunos propostos a exame são externos, daí haver grande disparidade entre a média a nível nacional e a média da escola (o caso da Filosofia, por exemplo). O Diretor afirmou que as escolas privadas não têm este problema dado que não existem alunos externos a fazer exames nesses estabelecimentos de ensino.-----

-----O docente Paulo Carvalho referiu que deviam existir políticas para canalizar o apoio ao máximo para o 1º ano, no sentido de não permitir que alunos passem para o 2º ano com problemas, pois só nesse caso existe avaliação. Como não existem reprovações no 1.º ano (apenas por faltas), o problema da formação coloca-se só no 2.º Ano. O Diretor respondeu que o que acontece muitas vezes, também, é que no 2º ano os alunos, como integram novamente a mesma turma que integraram no 1º ano, apesar de muitas vezes trabalharem mais no 2º ano, coloca-se a situação de os alunos não verem o seu trabalho reconhecido no 2º ano, pelo facto de virem mal preparados do ano anterior.-----

-----Terminada a reflexão acerca deste ponto, o Presidente colocou à consideração a data da nova reunião, bem como a Ordem de Trabalhos para a mesma. Decidiu-se que seria no dia 15 de janeiro de 2014, às dezoito horas, sala Dra. Albertina Oliveiros com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Verificar a atualidade do Projeto Educativo;
2. Aprovar o Plano Anual de Atividades/Plano Plurianual (apreciar o seu acordo com o Projeto Educativo);
3. Refletir acerca da Autoavaliação;
4. Ponto da situação acerca da Escola Nova;
5. Outros Assuntos.

-----O presidente do Conselho Geral agradeceu a presença de todos os intervenientes.

-----E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual foi elaborada a presente ata.

O Presidente do Conselho Geral

---

(Aníbal Marques)

O Secretário

---

(Sérgio Seabra)